



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
COMITÊ GESTOR DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (CGSI)

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CGSI-2021**

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano em curso, foi realizada a Primeira Reunião Ordinária do Comitê Gestor da Segurança da Informação (CGSI), de forma presencial, na sala 97 do 4º andar do Palácio do Planalto e, simultaneamente, por videoconferência, com início às quinze horas. Anunciou-se a chegada do Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, e do Sr. Secretário-Executivo, Luiz Fernando Estorilho Baganha, Coordenador do CGSI, acompanhados pelo Diretor do Departamento de Segurança da Informação (DSI), Marcelo Paiva Fontenele, Secretário-Executivo do CGSI.

O Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, proferiu as palavras de abertura, ressaltando que o Poder Executivo foi pioneiro, no ano 2000, na instituição de uma política de segurança da informação e do CGSI, renovado em 2018. Agradeceu a presença de todos os integrantes do CGSI e convidados para a reunião. Destacou que o GSI se sentia honrado com a presença do CNJ, bem como por ter sido convidado a apoiar o Poder Judiciário na criação de seu arcabouço normativo sobre o tema e para participar de seu comitê homólogo. Destacou que o GSI também está prestando apoio similar à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Agradeceu também pela presença da ANPD, que participa da reunião pela primeira vez. Afirmou que tal interação institucional é essencial, pois em segurança cibernética os desafios crescentes e complexos somente podem ser superados por meio da conscientização da sociedade, da cooperação entre as instituições e de ações em redes colaborativas. Após estes apontamentos foi concedida a palavra ao General Baganha.

O Sr. Coordenador do CGSI, General Baganha, continuou com palavras de agradecimento pela presença de todos os membros, tanto aos que estão fisicamente presentes, quanto àqueles que estão participando remotamente. Destacou que naquela Reunião estávamos inaugurando a possibilidade de participação por videoconferência. Reforçou as palavras do Ministro do GSI, em especial no que diz respeito à cooperação institucional e à atuação em redes colaborativas. O Coordenador do CGSI destacou a atuação em rede, que é adotada pelo nosso Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo – CTIR Gov desde 2004 e foi positivada no Decreto nº 9.637, de 2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança da Informação e renovou aquele Comitê. Finalizou declarando iniciada a 1ª Reunião Ordinária de 2021. Após estas considerações a palavra foi passada ao Secretário-Executivo do CGSI para a leitura da pauta.

O Secretário-Executivo do CGSI, Dr. Marcelo Fontenele, informou que os seguintes itens constavam da pauta da reunião: a) procedimento de elaboração e assinatura das atas do CGSI; b) apresentação pelo Subcolegiado coordenado pelo Ministério da Economia dos trabalhos produzidos em seu âmbito; c) informações sobre a revisão do Glossário de Segurança da Informação (Portaria GSI/PR nº 93, de 26 de setembro de 2019) em vias de publicação nesses próximos dias; d) referendar a decisão do Coordenador do CGSI de realizar as próximas reuniões também por videoconferência, conforme permitido pelo Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020; e) deliberar sobre proposta de metodologia para avaliação periódica do cumprimento do disposto no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de



Segurança e Credenciamento, no âmbito do Poder Executivo federal, conforme estabelecido no inciso III do art. 5º daquele Decreto; e f) outros assuntos sugeridos pelos membros, na forma do Regimento Interno.

Aproveitou para informar que estavam participando da Reunião, como órgãos convidados de acordo com o Regimento Interno: a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

#### Item “a” da pauta:

Após estes apontamentos, foi concedida a palavra ao Dr. Victor Hugo, para apresentar o item ‘a’ da pauta.

A seguir, o Dr. Victor Hugo, Coordenador-Geral de Gestão de Segurança da Informação, do Departamento de Segurança da Informação do GSI/PR, apresentou o item “a” da pauta, procedimentos de assinatura das atas do CGSI. Ele apresentou o procedimento de assinatura das atas do CGSI e foi deliberado que a minuta da ata fosse redigida durante a reunião e que, ao final da reunião, fosse feita a leitura da minuta. As alterações seriam feitas logo após a leitura de cada item da minuta, conforme entendimento entre os participantes. Além disso, ao final da leitura de toda a minuta, seria questionado aos presentes se faltou algo e, se sim, a minuta seria complementada até que todos estivessem de acordo com a redação. Então a minuta seria salva para posterior impressão e as assinaturas dos participantes seriam coletadas por meio de mensageiro. A proposta foi aprovada por unanimidade.

#### Item “b” da pauta:

O Secretário-Executivo do CGSI passou ao item “b” da pauta, anunciando a apresentação dos trabalhos produzidos pelo Subcolegiado, coordenado pelo Ministério da Economia (ME), que tratava sobre a “criação e definição da estrutura encarregada da governança da Segurança Cibernética dos sistemas de missão crítica e das plataformas de governo digital”, conforme disposto na Resolução Nº 2, de 9 de março de 2020, que instituiu aquele Subcolegiado. Após estas considerações, a palavra foi passada ao representante do ME.

O Sr. Mauro, representante do ME, destacou os normativos editados pelo Ministério da Economia, que tratam da proteção de dados e governo digital, que endereçam a segurança de sistemas críticos e a atuação no caso de incidentes cibernéticos. Mencionou ainda que a proteção de dados em tela utiliza dois modelos de maturidade para que os órgãos se preparem nos quesitos de tratamento das informações. Enfatizou sobre a interoperabilidade dentro do governo e a amplitude do *framework* de segurança da informação e privacidade de dados para fins de cumprimento dos marcos que foram planejados pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do ME. Finalizou, afirmando que, em consonância com acórdãos do TCU, as entregas estão sendo feitas conforme o calendário previsto. Com a palavra, o Secretário-Executivo do CGSI perguntou se algum integrante do CGSI gostaria de tecer algumas palavras ou teria informações relevantes sobre o subcolegiado em questão e, a seguir, submeteu a proposta dos trabalhos à deliberação do plenário do CGSI. Estando todos de acordo, ficou aprovado em unanimidade o relatório apresentado pelo Subcolegiado. A apresentação seria encaminhada aos integrantes do CGSI.



#### Item "c" da pauta:

A palavra foi então passada ao Dr. Victor Hugo para apresentar o item 'c' da pauta.

O Dr. Victor Hugo informou que o atual Glossário de Segurança da Informação "estático", aprovado por portaria do GSI publicada em 2019, teria uma atualização pelos próximos dias, ainda mantendo esse formato, que é de complexa atualização para manter compatibilidade com os conceitos de outras normas legais que vão sendo publicadas. Destacou ainda que assim permaneceria assim neste ano de 2021, com publicação prevista para julho próximo. A seguir, informou que o glossário estático seria substituído por um "dinâmico" (*online*), que será disponibilizado em 2022 no site do GSI/PR, compilado a partir da legislação federal ou, quando o conceito for necessário e inexistente nesta, a partir de normas da ABNT. Mencionou que, dessa forma, o glossário pode ser continuamente atualizado com a devida remissão à fonte do conceito (legislação ou norma ABNT). Disse que, eventualmente, conceitos que sejam relevantes à Segurança da Informação e não constem de legislação vigente nem de norma ABNT, poderão continuar a ser publicados em um glossário estático, porém, bem mais reduzido. Destacou que a intenção é que a necessidade de um glossário estático seja reduzida ao longo do tempo, até que tenhamos somente o glossário *online*. Após estas considerações, a palavra foi passada ao Secretário-Executivo do CGSI.

#### Item "d" da pauta:

O Secretário-Executivo do CGSI passou ao item "d" da pauta, para referendar a decisão do Coordenador do CGSI de realizar as reuniões também por videoconferência, conforme já era permitido pelo Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e mais recentemente foi também acrescentado ao Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018. Por unanimidade, ficou referendada a decisão do Coordenador do CGSI de realizar as reuniões do CGSI também por videoconferência.

O Secretário-Executivo do CGSI anunciou o item "e" da pauta, passando a palavra ao Sr. Edesio Farias, Coordenador-Geral da CGNSC/DSI/GSI/PR. O Sr. Edesio Farias apresentou a proposta de metodologia para avaliação periódica do cumprimento do disposto no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento, no âmbito do Poder Executivo federal, conforme estabelecido no inciso III do art. 5º daquele Decreto. Afirmou que a intenção é alcançar o cadastramento de todos os ministérios até 2022 para fins de tratamento de informação classificada. Destacou que é papel do CGSI avaliar periodicamente o cumprimento das atividades previstas, conforme Decreto nº 7.845, e verificar o grau de maturidade dos órgãos. Destacou que o método de avaliação será a aplicação de um questionário ao órgão para verificar a conformidade ao que a legislação determina sobre o tratamento de informação classificada.

O Secretário-Executivo do CGSI perguntou se todos estariam de acordo com a proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta de metodologia para avaliação periódica do cumprimento do Decreto nº 7.845, de 2012.

#### Item "e" da pauta:

A seguir, diversos participantes da reunião pediram a palavra para, em essência, fazer relações entre o que foi apresentado no assunto "e" da pauta com o sistema de processo eletrônico SEI. As



oportunidades de ações em relação ao SEI e à normatização correlata – informação classificada, informação pessoal, segurança da informação, processo eletrônico, etc. – foram as seguintes:

- criar no SEI uma classificação denominada “informação pessoal”, para melhor adequar as classificações de informação ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) pessoais e normas que venham a ser exaradas pela ANPD;
- implementar no SEI uma funcionalidade de criptografia de documentos em rede;
- alterar o menu de classificação de informação do SEI, que atualmente pode induzir o usuário ao erro, pois reproduz as classificações previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI) e poderia levar o usuário a crer erroneamente que pode armazenar no SEI informações classificadas em grau de sigilo.
- sobre o comentário anterior, vários participantes, em especial do GSI/PR e do Ministério da Defesa, alertaram que informações classificadas em grau de sigilo não devem ser armazenadas no SEI, mas, armazenadas em meios que atendam à regulamentação da LAI (Decreto nº 7.845, de 2012, e do DSI/GSI/PR) e possuam criptografia de Estado, o que o SEI não possui.

O Almirante Jeferson Denis CRUZ DE MEDEIROS, representante Titular do MD, reforçou a necessidade de atualização dos normativos do DSI/GSI/PR sobre segurança de sistemas corporativos, uso de dispositivos móveis e uso de mídias sociais.

#### Item “f” da pauta:

O Secretário-Executivo do CGSI passou ao item “f” da pauta, sobre outros assuntos que foram sugeridos pelos membros do CGSI. Tratou sobre os normativos do DSI que estão em revisão ou elaboração (novos), que foram publicados recentemente ou estão na iminência de serem. Destacou a importância das contribuições da SAJ/PR, do ME e de diversos outros órgãos na elaboração da minuta de decreto para instituição da Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC). Afirmou que, em todos os casos, o DSI está enviando consultas aos órgãos para receber contribuições para as minutas de atos normativos novos ou em revisão. Após essas considerações, a palavra foi passada ao Dr. Victor Hugo, para tecer comentários e apresentar a tabela com o andamento desse trabalho de revisão normativa.

O Dr. Victor Hugo afirmou que as normas complementares serão extintas e enfatizou que as instruções normativas e as portarias virão em sua substituição. Relatou que outras normas estão em fase de receber contribuições, tais como a norma sobre informação não classificada e a norma sobre conscientização, capacitação e certificação em segurança da informação, no âmbito da Administração Pública federal (APF).

#### Encerramento da reunião:

Não havendo mais ninguém a se pronunciar, o Secretário-Executivo do CGSI fez a leitura da minuta da Ata de Reunião e, a cada item, perguntou se alguém teria algo a alterar. Com as palavras de encerramento, o Coordenador do CGSI agradeceu pela participação acalorada de todos. Na condição de Coordenador do Comitê, declarou encerrada a 1ª Reunião Ordinária de 2021.

Participaram da reunião os seguintes membros do CGSI: Luiz Fernando Estorilho Baganha (coordenador do CGSI), Marcelo Paiva Fontenele (Secretário Executivo do CGSI), Rafael de Magalhães Barros Fernandes (Titular da Casa Civil da Presidência da República), Rodrigo Lange (Titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública), Leonardo Bueno de Melo (Suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública), Jeferson Denis Cruz de Medeiros (Titular do Ministério



da Defesa), Mauro Cesar Sobrinho (Titular do Ministério da Economia), Wagner Alessandro Ferreira (Titular do Ministério da Infraestrutura), Cláudio Torquato da Silva (Titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Álvaro da Costa Rondon Neto (Titular do Ministério da Educação), Alonso Cláudio Pereira da Silva Brito (Suplente do Ministério da Educação), Jackeline Neves de Almeida Rodrigues (Titular do Ministério da Saúde), Fernando Antonio Rodrigues Dias (Titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações), Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento (Suplente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações), Samuel Vieira de Souza (Titular do Ministério do Meio Ambiente), Sumaid Andrade de Albuquerque (Titular do Ministério do Turismo), Fernando Neiva Carvalho Dilly (Suplente do Ministério do Turismo), Romeu Mendes do Carmo (Titular do Ministério do Desenvolvimento Regional), Elias Marques Cotrim (Suplente do Ministério do Desenvolvimento Regional), Henrique Aparecido da Rocha (Titular da Controladoria-Geral da União), Karin Webster (Suplente da Controladoria-Geral da União), Samara Vieira Rocha de Queiroz (Suplente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), Gustavo Andrade Bruzzeguez (Titular da Secretaria-Geral da Presidência da República), Martha Maria Cibella de Andrade Lina (Suplente da Secretaria-Geral da Presidência da República), Paulo de Lima Fecury (Titular da Secretaria de Governo da Presidência da República), Danillo Assis da Silva Lima (Suplente da Secretaria de Governo da Presidência da República), Caio Moreira Fernandes (Suplente do Banco Central do Brasil).

Estiveram presentes na condição de convidados:

Antonio Carlos de Oliveira Freitas (Assessor Especial de Segurança da Informação), Jefferson Barbosa (Suplente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados) e Leonardo Gil (Representante do Conselho Nacional de Justiça).

Brasília, DF, 29 de junho de 2021.



LUIZ FERNANDO ESTORILHO BAGANHA

Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República  
Coordenador do Comitê Gestor de Segurança da Informação



MARCELO PAIVA FONTENELE

Secretário Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação

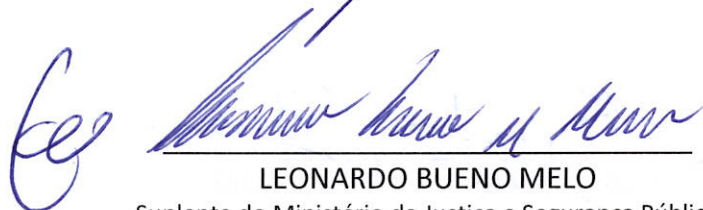
RAFAEL DE MAGALHÃES BARROS FERNANDES

Titular Casa Civil



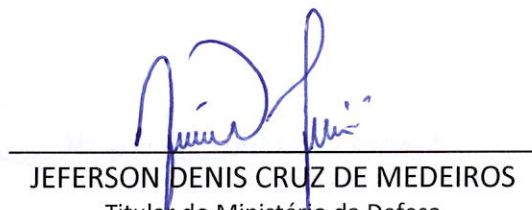
RODRIGO LANGE

Titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública



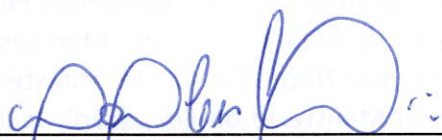
LEONARDO BUENO MELO

Suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública

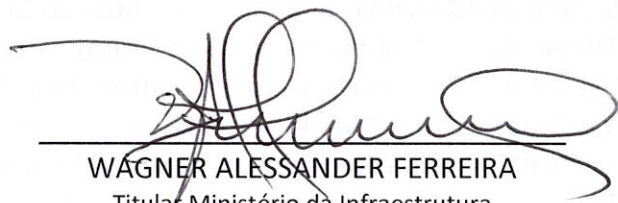


JEFERSON DENIS CRUZ DE MEDEIROS

Titular do Ministério da Defesa



MAURO CESAR SOBRINHO  
Suplente do Ministério da Economia



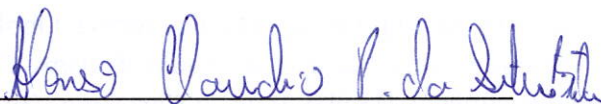
WAGNER ALESSANDER FERREIRA  
Titular Ministério da Infraestrutura



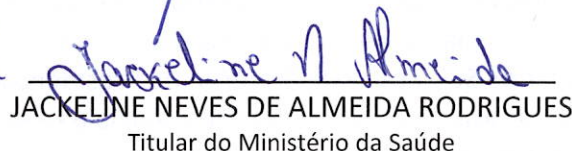
CLAUDIO TORQUATO DA SILVA  
Titular Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento



ÁLVARO DA COSTA RONDON NETO  
Titular do Ministério da Educação



ALONSO CLÁUDIO PEREIRA DA SILVA BRITO  
Suplente do Ministério da Educação



JACKELINE NEVES DE ALMEIDA RODRIGUES  
Titular do Ministério da Saúde



FERNANDO ANTONIO RODRIGUES DIAS  
Titular Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações



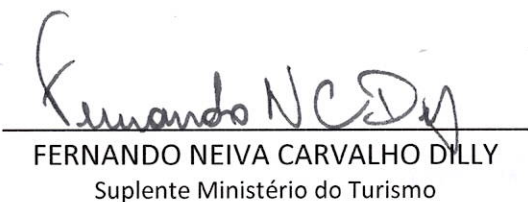
CLAUDIO MARCELO ALBUQUERQUE  
NASCIMENTO SILVA  
Suplente Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações



SAMUEL VIEIRA DE SOUZA  
Titular Ministério do Meio Ambiente



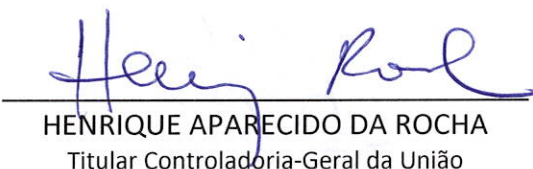
SUMAID ANDRADE DE ALBUQUERQUE  
Titular Ministério do Turismo



FERNANDO NEIVA CARVALHO DILLY  
Suplente Ministério do Turismo



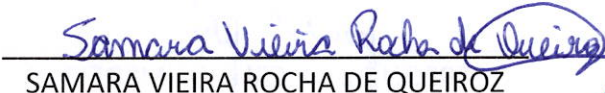
ELIAS MARQUES COTRIM  
Suplente Ministério do Desenvolvimento Regional



HENRIQUE APARECIDO DA ROCHA  
Titular Controladoria-Geral da União



KARIN WEBSTER  
Suplente Controladoria-Geral da União



SAMARA VIEIRA ROCHA DE QUEIROZ

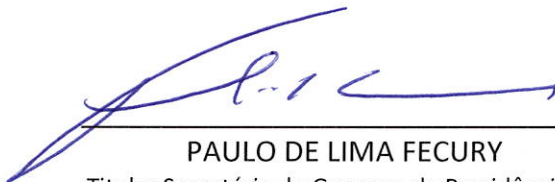


GUSTAVO ANDRADE BRUZZEGUEZ  
Titular Secretária Geral da Presidência da República

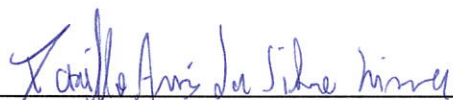
Suplente do Ministério da Mulher, da Família e dos  
Direitos Humanos



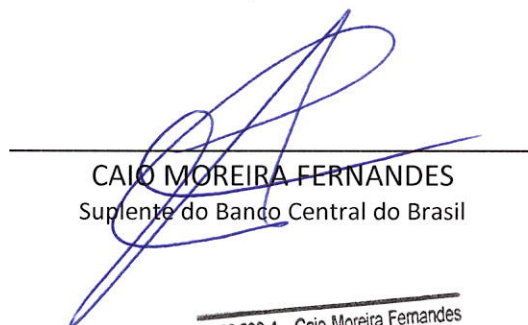
MARTHA MARIA CIBELLA DE ANDRADE LINA  
Suplente Secretária Geral da Presidência da República



PAULO DE LIMA FECURY  
Titular Secretária de Governo da Presidência da  
República

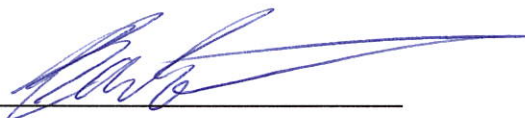


DANILLO ASSIS DA SILVA LIMA  
Suplente Secretária de Governo da Presidência da  
República



CAIO MOREIRA FERNANDES  
Suplente do Banco Central do Brasil

1.708.299-4 - Caio Moreira Fernandes  
Chefe Adjunto de Unidade



JEFERSON DIAS BARBOSA  
Suplente Autoridade Nacional de Proteção de Dados